

“Quem Não Pega, Não Se Apega”? Interações e Vínculos com Bebês Acolhidos*

Gabriella Garcia Moura^{1,**} , Kátia de Souza Amorim² ,
& Maria Clotilde T. Rossetti-Ferreira² 

¹Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, ES, Brasil

²Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil

RESUMO – Investigou-se o estabelecimento de vínculos entre cuidadores e bebês acolhidos, e como estes eram significados e (im)possibilitados em instituição de acolhimento. Utilizando videogravações semanais, por três meses, entrevistas e diários de campo, conduziu-se estudo exploratório, descritivo-qualitativo, em contexto naturalístico, acompanhando interações entre cuidadoras e 3 bebês (idade: 4 a 13 meses). Categorias observacionais foram quantificadas. Observou-se baixa responsividade às expressões dos bebês. Contatos físicos eram evitados pelas cuidadoras. Orientações institucionalizadas (como *não pegue para não se apegar*) mostraram-se significativos circunscritores das interações. Laços afetivos se estabeleceram apenas com determinadas crianças. Discutiu-se como a socialização emocional, a responsividade das cuidadoras e a organização do contexto relacionavam-se com o desenvolvimento socioafetivo, a construção de vínculos e os processos de aprendizagens.

PALAVRAS-CHAVE: vínculo, desenvolvimento infantil, lactente, cuidadores, criança acolhida

“Who Doesn’t Pick-Up, Doesn’t Get Attached”? Interactions and Bonds with Foster Infants

ABSTRACT – This study investigated the emotional bonds between caregivers and foster infants, and how these were meant and enabled in a foster care institution. An exploratory study was conducted, following the interactions of three babies (age: 4-13 months). Video recordings were weekly made, along three months, in addition to interviews and field diaries. Observational categories were quantified. Results indicate low caregivers’ responsiveness to the infants’ expressions. Caregivers avoided physical contacts. Institutionalized guidelines (as *“don’t pick-up the baby to not get attached”*) circumscribed interactions. Strong emotional bonds were established with certain children. It was discussed how emotional socialization, caregivers’ responsiveness and the context organization are related to infant’s socio-affective development, the construction of bonds and the process of learning.

KEYWORDS: object attachment, child development, infants, caregivers, child foster

Na sociedade contemporânea, a Teoria do Apego (Bowlby, 1969/1990) contribuiu fortemente para o avanço na compreensão da função constitutiva das relações afetivas e dos vínculos nos processos de desenvolvimento, especialmente nos primeiros anos de vida. Ainda, ressaltou as capacidades e competências dos bebês e sua participação ativa nas interações. Destacou também o papel comunicativo das expressões dos bebês (como choro, sorriso, vocalização, engatinhar em direção, apontar, seguir, agarrar-se, aptidão para distinguir pessoas, etc.), compreendendo-as como um

sistema de comportamentos de apego. Estes comportamentos de apego atuam como mediadores da busca e manutenção de proximidade de pessoa de referência, especialmente aquela que desempenha regular e constantemente o papel de mãe. Em contrapartida, o tipo de cuidado e resposta que o bebê recebe dessa figura referencial é entendida por Bowlby (1969/1990) como central ao desenvolvimento afetivo da criança, também constituindo uma relação afetiva de determinada natureza. Nesse sentido, a sensibilidade materna (postura da mãe ao dar uma resposta imediata, alerta

* Apoio: FAPESP.

** E-mail: gabigmoura87@gmail.com

■ Submetido: 18/05/2020; Aceito: 25/03/2021.

e ajustada aos sinais da criança) foi descrita como um tipo de prática/comportamento parental eficaz na promoção de relação calorosa, íntima e contínua.

Com base nesses postulados, um robusto corpo de trabalhos científicos, de diversos países, vem discutindo conceitos como o de *sensibilidade parental*, *cuidado “nutritivo”* e *sincrônico*, e *comprometimento*. A *sensibilidade parental* (ou sensibilidade) refere-se à habilidade de identificar e responder aos sinais, aos gestos e às expressões da criança de forma adequada e imediata (Raby et. al., 2019). O *cuidado “nutritivo”* implica satisfazer as necessidades da criança em situações de angústia, como quando ela sinaliza a necessidade de ser acalmada ou demonstra sentimentos como tristeza ou mágoa (Dozier et. al., 2016). O *cuidado sincrônico* implica auxiliar a criança a manter-se persistente em uma tarefa, seja exploratória e/ou lúdica, viabilizando sua liderança nas interações, realçando seu papel ativo (Leclere et. al., 2014). E o *comprometimento* está relacionado à orientação ao futuro, à perspectiva de continuidade da relação com a criança ao longo do tempo (Cleary et.al., 2018).

Todas essas práticas parentais de cuidado têm estado correlacionadas a resultados desenvolvimentais funcionais e adaptativos, consistindo em fatores de proteção capazes de promover bem-estar, segurança e um ambiente socioemocional estável e enriquecido (Dozier et. al., 2016; Chernogoet. al., 2018), considerado como essencial para o desenvolvimento comunicativo, cognitivo e socioafetivo (Mendes & Kappler, 2018).

A discussão acerca do papel fundante das práticas parentais e dos vínculos no início da vida é muito difundida na literatura científica brasileira, sobretudo quando se discute maternidade/parentalidade, desenvolvimento de bebês e interações mãe-bebê (Alvarenga et. al., 2019; Ribeiro-Accioli et. al., 2019). Todavia, os vínculos também se consubstanciam como importantes indicadores nas avaliações da qualidade dos cuidados ofertados em instituições de acolhimento (abrigos infantis) (Acioli et.al., 2018; Lemos et.al., 2017).

O acolhimento institucional consiste em uma modalidade de medida protetiva, temporária e excepcional para crianças e jovens afastadas do convívio familiar de origem em

função de negligências, violências, abandono, orfandade ou da impossibilidade de seus responsáveis de proverem cuidado e proteção. Na condição de medida provisória, o acolhimento institucional é utilizado como forma de transição para a reintegração familiar ou, não sendo esta possível, para colocação em família substituta (adoção) (Lei 12.010/2009).

Nesse contexto, a temática dos vínculos afetivos tem sido um dos eixos centrais em torno do qual se discute e se orienta os trabalhos com crianças acolhidas. A própria função e identidade desses programas são orientadas para a manutenção, o fortalecimento e a (re)construção dos vínculos familiares das crianças e dos jovens acolhidos (Acioli et. al., 2018). Este tema também tem sustentado a discussão acerca da necessidade de os serviços de acolhimento garantirem não apenas os cuidados físicos, mas principalmente oferecerem assistência para o desenvolvimento psíquico, possibilitando experiências de confiança e proteção (Kirk et. al., 2017). Especificamente nos casos de acolhimento de bebês, a questão assume caráter ainda mais relevante, pelo papel fundante dos vínculos afetivos nos processos desenvolvimentais nos dois primeiros anos de vida (Neder et. al., 2020).

Como apontam Moura e Amorim (2018), há poucos artigos empíricos nacionais retratando as experiências de bebês em programas de acolhimento. A lacuna pode ocultar graves situações de violações de Direitos, dificultando a construção de políticas e de métodos de atuação que levem em consideração as demandas específicas dessa faixa etária.

Frente a esse panorama, a questão geral que orientou o presente trabalho foi: como se estabelecem os vínculos afetivos entre bebês e cuidadores em contexto de acolhimento? Assim, o objetivo geral do presente estudo foi investigar o estabelecimento de vínculos entre cuidadores e bebês em programa de acolhimento institucional. Mais especificamente, a partir da análise dos recursos expressivos e comunicativos dos bebês, da seletividade e especificidade no direcionamento de tais recursos, além da responsividade dos cuidadores, buscou-se apreender: 1) se haviam indícios de parceiros preferenciais e vínculos afetivos; e 2) como os vínculos afetivos eram significados e (im)possibilitados nesse contexto.

MÉTODO

Como delineamento metodológico, optou-se pela condução de estudo observacional qualitativo, de natureza descritiva e exploratória. Estudos como este – baseados em observações sistemáticas, com coleta e registro de informações que ocorrem espontaneamente em contexto naturalístico – permitem investigar situações complexas dentro de seu contexto de vida real. Apesar de se tratar de um caso particular, a compreensão é de que o social e o cultural estão atravessados no individual, ou seja, que um recorte da realidade abrange aspectos condizentes com o contexto mais amplo (Rossetti-Ferreira et. al., 2004).

Participantes

A pesquisa foi realizada em um município do Estado de São Paulo, em uma instituição de acolhimento com capacidade para acolher até 20 crianças de 0 a 6 anos de idade. Tratava-se de organização não governamental (ONG), cuja equipe se constituía por diretora, três integrantes da equipe técnica (coordenadora, assistente social e psicóloga), três duplas de cuidadoras/educadoras, uma cozinheira, uma faxineira e um motorista. Apenas as cuidadoras cumpriam regime de rodízio, em jornadas de 12 horas de trabalho

por 36 horas de descanso, enquanto os outros trabalhavam em horário comercial. Também compunha o cotidiano institucional a presença de voluntários e visitantes (familiares de crianças acolhidas, pretendentes à adoção, pessoas da comunidade, etc.).

Além da alta circulação desses adultos, também havia uma grande rotatividade de crianças, pois novas crianças chegavam frequentemente, enquanto outras estavam sendo reintegradas ao contexto familiar (de origem, extensa ou adotiva). Nesse cenário, durante a coleta de dados realizada em período de três meses, 25 crianças passaram pela instituição, embora apenas 5 tenham permanecido acolhidas durante todo este período. Dentre essas 5 crianças que permaneceram acolhidas durante a realização da pesquisa, apenas 3 estavam no primeiro ano de vida e, por isso, foram selecionadas como participantes focais, sendo eles: Luis Guilherme, acompanhado dos 10 aos 13 meses de idade; Pedro, dos 4 aos 7 meses; e Lucas, dos 7 aos 10 meses. Portanto, trabalhou-se com amostra por conveniência, cujos critérios de inclusão consideraram a faixa etária dos bebês (0-12 meses no início da pesquisa) e sua permanência no acolhimento durante os 3 meses em que a coleta de dados foi realizada, permitindo acompanhamento longitudinal.

Embora no presente estudo sejam contemplados resultados relativos aos três bebês, o caso de Lucas terá destaque específico em função do episódio aleatoriamente selecionado e transcrito, como representativo do cotidiano institucional. Tal como Pedro e Luis Guilherme, Lucas foi encaminhado da maternidade ao acolhimento ainda recém-nascido; seu crescimento e desenvolvimento vinham sendo acompanhados rotineiramente pela equipe e voluntários, estando todos bastante familiarizados com ele(s).

Além dos bebês, destaca-se a participação dos adultos por seus relatos e/ou interações com os bebês focais. Dentre eles: a assistente social (≈50 anos, filhos adultos, há 10 anos na instituição); a psicóloga (≈20 anos, solteira, sem filhos); a cuidadora Elaine (≈60 anos, casada há 40 anos e filhos adultos); a cozinheira Rita (≈40 anos, não informou escolaridade, estado civil e número de filhos); a voluntária Suellen (≈30 anos, casada, ensino superior completo); a diretora da instituição (≈50 anos, ensino superior completo, filhos adolescentes) e o motorista, Sr. Dito (≈50 anos, não informou escolaridade, estado civil e filhos).

Instrumentos e Procedimentos de Coleta de Dados

Para a coleta, foram utilizadas videograções, entrevistas e diários de campo. Tais recursos metodológicos, articulados, permitiram considerar múltiplos aspectos e sentidos envolvidos nas situações, tal como preconiza a perspectiva teórico-metodológica da Rede de Significações (*RedSig*) (Rossetti-Ferreira et. al., 2004). Com base nesta perspectiva, o presente estudo optou por instrumentos capazes de apreender a complexidade, as contradições, os conflitos e os confrontos que permeavam as interações.

As videograções foram realizadas semanalmente, uma hora com cada bebê, ao longo de três meses. Buscou-se realizar as gravações em diferentes dias da semana e diferentes períodos do dia, a fim de apreender, do modo mais abrangente possível, a rotina dos bebês, suas relações e a dinâmica do contexto. Em consonância com a proposta da *RedSig*, a meta era focar não apenas os bebês, mas considerar o ambiente, os demais parceiros e as trocas sociais que os envolviam. Ressalta-se que todos os diversos participantes das videograções (funcionários, visitantes ou voluntários) assinaram Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), que apresentava informações do estudo, direitos e garantias dos participantes e contato dos pesquisadores.

Finalizadas as videograções, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com as integrantes da equipe técnica (psicóloga, assistente social e coordenadora), duas cuidadoras e a cozinheira. O critério de inclusão para participação das entrevistas foi, no caso das cuidadoras e da cozinheira, a maior frequência com que apareceram nas videograções como parceiras interativas dos bebês e, no caso da equipe técnica, buscou-se compreender suas orientações para o cuidado dos bebês acolhidos. Novamente, foi apresentado e assinado TCLEs específicos para as entrevistas, as quais ocorreram no próprio contexto de acolhimento, com duração média de 40 minutos, em locais escolhidos pelas entrevistadas (como cozinha, pátio e berçário) e gravadas em áudio. Os temas abordados compreenderam desde crenças, normas e orientações sobre vínculos e apego, até aspectos da rotina do bebê, suas atividades, hábitos, condições de saúde e história relacional com os funcionários e voluntários. Por meio do diário de campo, foram registradas situações, comentários, informações, relatos, casos, expressões e reações que se deram em diálogos informais, revelando uma riqueza de elementos (algumas vezes contraditórios) que compunham o cotidiano institucional.

Procedimentos de Análise dos Dados

O método de análise baseou-se na observação sistemática das videograções (Seidl-de-Moura & Ribas, 2007), quantificando a frequência de ocorrência das seguintes categorias: “orientação da atenção”, “busca/manutenção de proximidade”, “trocas sociais” e “responsividade” envolvendo bebês e seus interlocutores. Tal observação possibilitou um mapeamento geral dos recursos emocionais e comunicativos dos bebês e seu direcionamento mais ou menos frequente a determinados parceiros interativos, indicando seletividade e parcerias preferenciais. Também foi conduzida análise de conteúdo das entrevistas e de episódios selecionados das videograções.

Este conjunto de materiais compôs o *corpus da pesquisa*, a partir do qual, em um segundo momento, conduziu-se novo processo de categorização, dessa vez dos resultados gerais, buscando identificar as unidades de análise e organizá-las em categorias temáticas. A partir desses procedimentos, os

resultados são apresentados dentro de quatro categorias: 1) Apego: significações e orientações institucionais; 2) (Des) apego nas interações cotidianas; 3) Apego como relação afetiva diferenciada; e 4) Vínculos a serem promovidos.

Procedimentos Éticos

O Projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (sob o nº 494/2010-2010-1-824.59.5), em conformidade

com a Resolução nº 466/2012 (Conselho Nacional de Saúde). Como informado nos TCLEs, para garantir sigilo e confidencialidade, os nomes da cidade e do programa foram omitidos e os nomes dos participantes substituídos por fictícios. Ao final do estudo, foi realizado um encontro para devolutiva dos resultados, com foco na importância das interações afetivas entre cuidador-criança acolhida, nas práticas sensíveis e responsivas de cuidados como aspectos constituintes do desenvolvimento infantil.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados serão apresentados e discutidos a partir de quatro categorias, como mostra a Figura 1, que também reúne as unidades de análise. Em sequência, os dados serão discutidos, dentro de cada categoria, em diálogo com estudos

nacionais e internacionais sobre os temas. De modo geral, serão apresentadas as concepções de vínculo e apego compartilhadas na instituição e a forma como estas circunscreviam e constituíam a dinâmica do campo interativo.

Categorias	Unidades de análise
1. Apego: significações e orientações institucionais	1.1 Medo do apego e do sofrimento com a separação
	1.2 Orientação institucional: evitar o apego
	1.3 Orientação institucional: evitar pegar no colo para que o bebê não fique mal-acostumado.
2. (Des)apego nas interações cotidianas	2.1 Baixa responsividade das cuidadoras às expressões emocionais e comunicativas dos bebês
	2.2 Objetos oferecidos e/ou mudança na posição como forma de silenciar o choro e distrair a criança
3. Apego como relação afetiva diferenciada	3.1 Relações diferenciadas, envolvendo preferências, seletividades e trocas afetivas entre determinados bebês e cuidadoras.
	3.2 Relações que se estendem para além dos muros da instituição
	3.3 Padrões interacionais diferenciados entre parceiros contínuos e permanentes
	3.4 Histórico de compartilhamentos, de memórias construídas.
4. Vínculos a serem promovidos	4.1 Não era com todos os bebês que se construía relações diferenciadas
	4.2 Modo de organização do contexto que se constituía em entrave para interações e trocas afetivas
	4.3 Rotinas institucionalizadas, padronizadas, com baixos índices interativos.

Figura 1. Resultados da pesquisa organizados em categorias e respectivas unidades de análise
Fonte: corpus da pesquisa, construído pelas pesquisadoras.

Apego: significações e orientações institucionais

Como os vínculos afetivos (ou “apego”¹, como diziam) eram entendidos e trabalhados nessa instituição? Como a equipe lidava com o “apego”? Respondendo a estas questões, a assistente social (que trabalhava no programa há 10 anos) disse que orientava as cuidadoras a evitarem o apego, pois quando os bebês fossem reinseridos em uma família, essa separação poderia causar ainda mais sofrimentos, tanto para o bebê como para a cuidadora. Com isso, a técnica buscava evitar a recorrência de situações nas quais as cuidadoras iam chorando até o portão no momento da saída e despedida da

criança. Nas suas palavras: “*O que falo para elas é que o nosso trabalho deve ser para que a criança volte logo [para uma família]. Nossa alegria deve ser que deu certo. Mas sempre acontece de alguém se apegar e sofrer*” (Assistente Social).

Outros funcionários relataram experiências de terem se apegado e sofrido com a separação. Sobre o medo do apego, uma história específica chamou atenção: trata-se do caso de Vera, que começou a trabalhar na instituição após o início das videografações. Exercendo a função de cuidadora, desde a primeira semana de trabalho era possível observá-la muito engajada nas suas atividades, brincando com os bebês, cantando e conversando com eles nos momentos de cuidados individualizados. No entanto, ela pediu demissão após um mês de trabalho. Outra funcionária contou o motivo: “*a Vera pediu demissão porque estava se apegando e não ia aguentar ver as crianças indo embora*” (Cuidadora, Elaine).

¹ Termos entre aspas e em itálico representam expressões fielmente empregadas pelas participantes.

Pensando nesta separação, a assistente social também comentou preocupação com a cozinheira Rita. Na sua opinião, Rita estava “*se apegando demais*” às crianças: “*Eu reparei que ela tem ficado um pouco mais após o expediente de trabalho. E ela fica muito com o Lucas. Quando ele for embora, não quero nem ver como ela vai ficar!*”. De fato, Rita era uma frequente parceira de interação dos bebês. Era comum vê-la com algum bebê no colo, principalmente o Lucas. Em uma das gravações, observou-se a seguinte cena: Rita passou pelo pátio onde as crianças estavam reunidas; parou em frente ao andador onde Lucas estava colocado; abaixou-se e lhe falou: “*Ai!! A tia quer pegar, mas não pode se apegar... Mas a tia não aguenta, a tia quer pegar*” (Cozinheira). E pegou-lhe no colo, deu-lhe beijos e abraços e depois o devolveu para o andador.

Durante a pesquisa, observou-se que não era apenas Rita que temia pegar e se apegar aos bebês. Pelas videograções, ouvia-se: “*tem que evitar pegar o bebê se ele não está chorando, para assim não acostumar errado. Se o bebê ficar muito no colo, ele vai ficar mal-acostumado e, depois, quando colocar no berço, ele vai chorar*” (Cuidadora Elaine). Ou quando um bebê chorava, eventualmente diziam: “*Está querendo colo, né?! Está mal-acostumado!*”. Estes relatos remetiam a outra orientação institucional, mencionada pela Psicóloga: “*a gente sugere que elas deixem o bebê chorando um pouquinho para ele se acostumar*”. O mesmo era dito às voluntárias e aos visitantes: “*A gente fala para elas: ‘Podem brincar com o bebê, conversar com ele, mas não o pegue no colo. Depois que você for embora, ele vai chorar (...) vai ficar mal-acostumado e nós somos poucas pra tantos bebês’*” (Assistente Social). Diante destas orientações, uma cuidadora questionou: “*Mas como mexe com bebê sem pegar ele no colo? É cuidar igual robô? A gente não vai fazer isso. Magina! Tem muita emoção!*” (Cuidadora Nice).

Portanto, assim como o apego, o contato físico – em especial, o colo – era evitado na instituição. Consideravam que pegar e manter o bebê no colo poderia facilitar o estabelecimento do “apego”, levando ao provável sofrimento para o bebê e cuidadora no momento da separação. Com essa lógica, instalou-se uma sólida orientação político-pedagógica que regulava as interações com os bebês acolhidos: “*não pegue para não se apegar!*”. Tratava-se de uma orientação política porque implicava em escolhas, em decisões, em assumir determinadas posições/papéis e formas de participação nesse contexto social. Tratava-se de uma orientação pedagógica, porque circunscrevia os processos de desenvolvimento e de aprendizagem (Rossetti-Ferreira et. al., 2004). Assim, *pegar* e *apegar-se* soavam como “duas faces da mesma moeda”, vivenciados com temor frente à expectativa da ruptura dos vínculos. E pela forma como estavam concebidos, sustentavam a lógica do distanciamento interpessoal.

Em consonância com a literatura da área, esse medo dos vínculos e o esforço para evitar o *apego* e desgaste psíquico no momento do desligamento das crianças são

resultados frequentemente reportados em estudos sobre vinculações afetivas em situações de acolhimento (Medeiros & Martins, 2018). Pela transitoriedade do acolhimento, usualmente os vínculos são percebidos como possíveis de se romper a qualquer momento e são relacionados à dor, à dificuldade de enfrentar sentimentos de desamparo, abandono e desmotivação, e à falta de preparo/capacitação (Lemos et. at., 2017; Lemos & Silva, 2019).

Contudo, não se pode perder de vista as particularidades do acolhimento a bebês, ou seja, das necessidades e características específicas da primeira infância, etapa em que as interações, o cuidado afetivo, as brincadeiras e os estímulos são pilares do desenvolvimento psicossocial. Assim, discutindo as especificidades do contato afetivo no acolhimento a bebês e em contraponto às orientações institucionais “*não pegue e não se apegue!*”, Montagna (2011) argumenta que oferecer colo aos bebês deve ser uma das particularidades desse trabalho, pois além de promover aconchego, o colo tem uma função fundamental para o desenvolvimento: possibilita, por meio das sensações e percepções táteis, que o bebê perceba os limites do seu corpo e os do corpo do outro e, assim, construa sua consciência corporal. Para a autora, o colo para os bebês proporciona conforto e proteção, além de criar uma experiência tátil que contribui para a organização postural e construção da identidade. Montagna (2011) ainda defende que, embora os cuidadores dos serviços de acolhimento nem sempre tenham disponibilidade de oferecer colo ao bebê (o que também ocorre nos contextos familiares, onde mães, pais, avós, etc. têm outros afazeres e não podem permanecer com o bebê no colo sempre que solicita), é importante que reconheçam esse pedido e legitimem a demanda da criança, dando-lhe atenção. Se for o caso de não poder pegá-lo naquele momento, é necessário o emprego de estratégias sensíveis ao que a criança gosta, ao que lhe faz bem, diverte-lhe e acalma.

Nessa mesma linha, Seidl-de-Moura et. al. (2004) afirmam que as trocas de olhares, o contato físico, a proximidade e o aconchego propiciados pelo colo do cuidador são essenciais para o estabelecimento e a manutenção das interações, especialmente no caso de bebês pequenos, cujo deslocamento e posicionamento depende totalmente dos cuidadores. Mais recentemente, o estudo de caso realizado por Moura e Amorim (2018) em dois programas de acolhimento mostrou que o colo foi o lugar privilegiado para ocorrência das interações envolvendo reciprocidade e um fazer conjunto. E, ao contrário, quando os bebês estavam em berços, carrinhos e bebês-conforto, na maior parte do tempo, os bebês permaneceram em atividade individual, à margem do campo interativo.

Também é preciso reconhecer que, apesar de se tratarem de contextos transitórios de cuidado, as experiências que os bebês vivenciam durante o acolhimento não são passageiras. A transitoriedade também constitui os processos desenvolvimentais. As transições referem-se a períodos específicos de passagem que influenciam trajetórias e dão

significados distintos ao curso de vida dos indivíduos. Representam períodos nos quais novas competências, habilidades, comportamentos e experiências (de ordens motora, cognitiva, social e afetiva) são estabelecidas. Tais mudanças ocorrem de forma interdependente ao contexto histórico e aos ambientes físicos, sociais, geográficos e simbólicos (Aspesi et. al., 2005). Portanto, ainda que a permanência dos bebês em acolhimento seja transitória, os acontecimentos, as relações e os fatos que ali vivenciam são corporificados e formam as bases do psiquismo infantil. Além disso, separações ocorrem ao longo de toda a trajetória do ciclo vital e não por isso justificam uma vida constituída às margens da sociabilidade humana e dos vínculos afetivos.

(Des)apego nas interações cotidianas

Os registros observacionais permitiram acompanhar como as concepções e significações sobre apego se atualizavam nas interações, orientando as práticas de cuidado dos bebês, influenciando seu cotidiano, suas experiências e boa parte do processo de socialização emocional na instituição.

A partir da contagem e do mapeamento sistemático de categorias observacionais, destacou-se a baixa responsividade das cuidadoras aos comportamentos e recursos expressivos dos bebês direcionados a elas, particularmente o “*choro*” (como pode ser conferido em Moura, 2012). Em diversos momentos, os choros dos bebês eram contínuos e intensos, sem que ninguém os pegasse. As estratégias para acalmá-los eram variadas: averiguavam se o problema era com a chupeta, a fralda suja, o calor ou outros motivos. Na tentativa de cessarem o choro, tiravam os bebês dos berços e os colocavam em carrinhos, andadores, diante de brinquedos, ou mesmo em frente à televisão. Algumas tentavam conversar e cantar para distraí-los, sem se aproximar. Em outras ocasiões, simplesmente os deixavam chorar. Apesar disso, de modo oposto, observou-se que as cuidadoras foram os principais focos de “orientação da atenção” e de “busca ou manutenção por proximidade” por parte dos bebês. Destacou-se a elevada responsividade dos bebês às ações das cuidadoras direcionadas a eles. Dentre as ações que mais provocaram a responsividade dos bebês, destacaram-se: “*pegar no colo*”, “*sorrir*”, “*brincar*” e “*acariciar*” (Moura, 2012).

Mais uma vez, chama a atenção a forma como se dava a socialização das emoções e o manejo da afetividade nessa instituição. Conforme afirmam Mendes e Kappler (2018), os cuidadores e toda equipe do acolhimento, assim como pais e educadores, são “responsáveis por inequívoca e relevante parcela do desenvolvimento socioemocional de suas crianças” (p. 224). Por isso, é inquietante a baixa responsividade ao choro e a outras expressões emocionais dos bebês acolhidos, e o modo como o choro e o colo não se constituíam em recursos eficazes na busca/manutenção de proximidade entre bebê e cuidador, aspecto fundante no processo de constituição dos vínculos (Bowlby, 1969/1990).

De acordo com Mendes e Kappler (2018), a depender do modo com que se estabelece a socialização emocional, estimula-se as capacidades de discernir emoções de outras pessoas (interpretando pistas expressivas e situacionais), de ser empático e cooperativo, e de estar consciente do papel comunicativo das emoções. O desenvolvimento da regulação emocional e das competências socioemocionais também está relacionado ao desenvolvimento de outras habilidades fundamentais, como a autoeficácia, o autocontrole e a linguagem. Todas essas considerações sustentam a afetividade como uma necessidade básica do ser humano, tanto quanto os cuidados com higiene e alimentação, estando diretamente relacionadas a um desenvolvimento pleno e saudável que se traduz pela capacidade de estabelecer relações interpessoais e criar vínculos (Bowlby, 1969/1990; Mendes & Kappler, 2018).

Portanto, a baixa responsividade dos cuidadores às expressões emocionais dos bebês é um dado que preocupa, na medida em que, na literatura científica, a baixa responsividade do cuidador tem estado relacionada à baixa autoestima da criança, à insegurança e desconfiança nas relações, aos prejuízos no desenvolvimento socioemocional e cognitivo, a problemas comportamentais e ao baixo desempenho acadêmico (Leclere et. al., 2014; Mendes & Kappler, 2018; Raby et. al., 2019). Já os altos níveis de responsividade aparecem associados a resultados positivos em diferentes domínios do desenvolvimento (Alvarenga et. al., 2019). Inúmeros estudos apontam o cuidado sensível, responsivo, comprometido, sincrônico e estimulante como contribuindo fortemente para o crescimento, desenvolvimento e regulação emocional, comportamental e psicológica da criança (Dozier et. al., 2016).

Ainda no âmbito dos trabalhos sobre responsividade, Van der Veer e Ijzendoorn (1988) exploraram as conexões entre esse conceito e as proposições histórico-culturais, contribuindo para a reflexão de que uma interação em que a cuidadora está sintonizada e sensível aos sinais do bebê pode favorecer um contexto de mediação, exploração e aprendizagens. O cuidador, além de ser uma fonte de calor emocional e sentimento de segurança, também é agente cognitivo, o qual tem maior domínio do universo simbólico, capaz de mediar o processo de encontro da criança com este mundo de signos e de significações.

Apego como relação diferenciada

Se por um lado o “*pegar*” e o “*apegar-se*” eram evitados e temidos na instituição e se materializavam em baixos índices interativos, por outro lado, as observações mostraram que alguns vínculos se fortaleciam, possivelmente por serem mobilizados nos momentos de cuidado dos bebês, que envolve ações de pegá-lo, de manipular seu corpo, de tocá-lo e manter proximidade física. As videografações captaram algumas falas entre a equipe em que se dizia: “*você viu como ele sorri*

pra mim? É que ele gosta da tia”; “Eles falam que a gente não pode se apegar, mas não tem jeito, a gente se apega”.

Diferentes episódios analisados durante a pesquisa mostraram que, nos momentos de cuidados, de inerente proximidade física, usualmente surgiam novos elementos na interação, como brincadeiras, sorrisos e trocas afetivas. Ao longo do período de acolhimento (especialmente quando os bebês passavam um tempo maior na instituição), esses momentos de cuidados envolviam o adulto na história de desenvolvimento do bebê, das suas conquistas e descobertas. Esse conjunto de interações permitia a construção de uma história de compartilhamento de experiências e vivências entre cuidadoras e bebês que, por sua vez, abriam caminho para uma relação diferenciada, tal como descreveu a cozinheira Rita em uma das gravações: *“Se eu pudesse, eu ficava todo dia aqui depois do trabalho com ele [Lucas] no colo um tempão (...). Não é que eu não gosto das outras crianças, mas esse menino é especial, tenho uma coisa com ele”* (Cozinheira).

Também não era incomum a relação com determinadas crianças se estender para além dos muros da instituição, já que, em situações excepcionais que exigiam cuidados mais individualizados, algumas crianças eram levadas para a casa das cuidadoras, da equipe técnica, ou de algumas voluntárias consideradas como de confiança. Tais situações contribuíam para que os laços afetivos com essas crianças se estreitassem, tal como relatado pela cuidadora Elaine, sobre sua relação com o bebê Lucas.

O Lucas também chegou aqui e ninguém queria saber dele. Ele tinha um caroço na cabeça que, quando inchava, ninguém queria pegar. Eu tentava pegar ele até que descobri um jeito da cabeça não doer. Depois, quando cresceu e melhorou, todo mundo queria pegar. A gente acompanhou o jeito como ele foi crescendo, o engatinhar. Ele me chamava de mãe. Ele foi uma criança que eu quis levar para terminar de cuidar. Eu tenho foto dele na minha casa, junto com a foto dos meus filhos. Graças a Deus, Deus é tão bom comigo que ele foi [embora] num turno que eu não tava. Eu deixei as roupinhas dele separadas e, quando cheguei, ele já não tava aqui. Quando eu chegava no berçário e ele me via, fazia a maior farrá e gritava ‘ma’.

Casos semelhantes ao da cuidadora Elaine e bebê Lucas não são incomuns na literatura científica. Nos trabalhos de Medeiros e Martins (2018), Lemos et. al. (2017) e Nogueira (2011) também foram mencionados relatos de cuidadoras indicando, por exemplo, que *“se pudesse, levaria este bebê para casa”*, ou, que se emocionaram ao serem chamadas de *“mãe”* por um determinado bebê. Algumas falaram do sofrimento e desgaste no momento da separação quando o vínculo é muito grande. Esses relatos vão ao encontro do conceito de comprometimento, amplamente discutido pela literatura internacional (Cleary et.al., 2018).

O comprometimento tem sido definido como o investimento parental na criança e a motivação para continuar um

relacionamento com ela no futuro (Cleary et. al., 2018). Discute-se como um cuidador mais comprometido é fator essencial para as crianças pequenas alcançarem um desenvolvimento bem-adaptativo (Lindhiem & Dozier, 2007). Em estudo conduzido por Bernard e Dozier (2011), os cuidadores com maiores níveis de comprometimento com o futuro da criança acolhida expressaram mais prazer na interação com elas do que os cuidadores com níveis mais baixos de comprometimento. E, como seria de se esperar, o nível de comprometimento dos cuidadores esteve inversamente associado a problemas de comportamento infantil.

Representando uma fotografia desse cotidiano institucional, foi selecionado um episódio videogravado que evidencia como as orientações da equipe técnica se atualizavam nas interações bebê-cuidador e bebê-voluntária. Mas, principalmente, evidencia as preferências do bebê, sua seletividade frente aos diversos parceiros e a emergência de afetos e emoções que culminaram em um enredo angustiante.

A cena tem como protagonistas o bebê Lucas (naquele dia, com 10 meses de idade) e a cuidadora Elaine. Também conta com a presença de uma voluntária, Suellen, e das breves participações da coordenadora (Helena), da cuidadora (Olga), do motorista (Sr. Dito) e da diretora da instituição (que estava acompanhada de uma arquiteta, com quem discutia reformas na instituição).

Descrição do Episódio: “Olha o remédio dele aí!”

Lucas estava no berçário, sozinho dentro do berço. Outras crianças ali estavam, em outros berços. No local também estava Suelen (voluntária) que observava os bebês ora sentada, ora em pé. A cuidadora Elaine estava distribuindo biscoitos às crianças. De maneira repetida, ela vinha da cozinha ao berçário, dava um biscoito para cada criança e retornava para a cozinha. O corredor, por onde ela fazia esse trajeto, estava localizado bem em frente ao berço de Lucas, que olhava e vir da funcionária. Em certo momento, após Elaine entregar mais biscoitos às crianças, ela saiu do berçário. Lucas – que tinha sido o primeiro a receber e já não estava mais com um biscoito – acompanhou-a com o olhar e balbuciou fortemente: “ãnhmmmm...”. Ele olhou, rapidamente, para o fundo do berçário, na direção da voluntária e, imediatamente, voltou a olhar para o corredor por onde Elaine saiu. No instante seguinte, ele começou a chorar, emitindo gritos fortes. No meio dos gritos, ele balbuciou “ma... mi... mi”, fazendo um gesto rápido, com um dos braços esticado na direção do corredor. Ele intercalava os gritos do choro com balbucios e gestos da mão esticada e virada para cima. Diante de seus gritos fortes, a voluntária Suelen e a coordenadora da instituição (a qual estava passando rapidamente pelo local) aproximaram-se do berço conversando entre si e, ao mesmo tempo, mostrando algum brinquedo para a criança, sem tirá-lo do berço. Ao vê-las, Lucas interrompeu o choro, mas continuou resmungando e com movimentos corporais agitados. Com o afastamento dos adultos, sozinho no berço, ele passou a intercalar agitação motora, balbucios acentuados, gritos e choros breves e curtos, com períodos de distração com o brinquedo. Assim se manteve por cerca de cinco minutos, até que o seu choro voltou a

se intensificar. Com os fortes gritos, a voluntária Suelen reaproximou-se do berço e tentou distraí-lo com brinquedos. Ela mostrou os brinquedos, balançou-os diante de seus olhos e conversou com ele. Ele fez uma breve pausa, mas seu choro voltou a ser estridente. Outra funcionária (Olga) se aproximou do berço, falou algo com a voluntária e disse para Lucas: “Não”. Em seguida, Olga deixou o ambiente com o bebê ainda chorando. A voluntária (Suelen) resolveu tirar Lucas do berço e, imediatamente, colocou-o no chão, ao lado de um boneco. Lucas, que continuou chorando, ergueu a cabecinha e olhou para a voluntária, com os braços esticados em sua direção. A voluntária se afastou para pegar outro brinquedo e, Lucas, chorando, acompanhou-a com o olhar. Ela lhe ofereceu um chocalho. Ele o pegou, balançou-o, mas não interrompeu o choro, olhando para Suelen e esticando os braços em sua direção. Ela não o pegou no colo, mantendo-o no chão. Na sequência, o motorista (Sr. Dito) chegou ao berçário. Ele observou por alguns segundos Lucas no chão rodeado pelos brinquedos e pela voluntária, e saiu do ambiente. Logo depois, a diretora (acompanhada da arquiteta) aproximou-se de Lucas, agachou-se diante da criança e, entregando-lhe um brinquedo, perguntou: “Porque você está chorando?”. Nesse momento, a educadora Elaine apareceu no berçário e olhou para o bebê chorando, sentado no chão ao lado da voluntária, da diretora e da arquiteta. Elaine saiu do berçário, rapidamente. Como os gritos permaneceram intensos, a diretora do abrigo pegou Lucas no colo e lhe deu um beijo, dizendo: “Pronto... pronto... pronto”. Mesmo assim, Lucas continuou chorando e esticando os braços em direção ao corredor, por onde Elaine saiu. Nesse instante, Elaine voltou ao berçário e pegou Lucas do colo da diretora. Imediatamente, ele interrompeu seu choro, mergulhando o ambiente em um silêncio cortante. Elaine levou-o, no colo, para a cozinha e a diretora acompanhou-os dizendo: “Pronto! Olha o remédio dele aí. Tá acostumado, né?”. Nos minutos seguintes, Lucas continuou no colo de Elaine sem chorar.

Neste episódio (“*Olha o remédio dele aí!*”), observam-se as tentativas da voluntária, da coordenadora e da diretora para conterem o choro de Lucas, sem pegá-lo no colo. Os funcionários Olga, Dito e Elaine também demonstraram incomodar-se com o choro, mas evitaram pegá-lo. Todos tentaram distraí-lo à distância, com um brinquedo que pudesse interessá-lo. O contato físico, o colo e o toque foram veementemente evitados, apesar de solicitados pelo bebê. Finalmente, o colo foi o “último recurso” e somente utilizado pela cuidadora Elaine, depois que a Diretora deu abertura para isso.

Por outro lado, o episódio também retrata que, em meio a tantos outros, o bebê Lucas se orientou e regulou seus comportamentos para uma cuidadora específica, Elaine, demonstrando ativamente sua preferência e seletividade. A expressividade corporal do bebê (inclinação, gestos, braços esticados e o olhar), na qualidade de recursos comunicativos, direcionou-se insistentemente à Elaine, mesmo na presença da voluntária, da coordenadora, de outra cuidadora, do motorista, da diretora e da arquiteta. Após um longo período de choro intenso e à despeito do colo oferecido pela diretora, Lucas só parou de chorar quando Elaine o pegou no colo. Ou seja,

o bebê apenas se acalmou e se aquietou no contato íntimo com uma cuidadora que lhe é próxima e familiar e que, conforme ela mesma relatou na entrevista, tinha uma relação diferenciada com ele. Tal relação se diferenciava daquela estabelecida com a diretora, já que esta habitualmente ficava mais encarregada de serviços e funções administrativas e menos dos cuidados com os bebês. Como disse a diretora, o colo de Elaine foi o “*remédio*” para o choro desesperado e desamparado de Lucas.

Esse dado confere com outros episódios analisados (Moura, 2012), os quais revelam que, apesar do elevado número de crianças e funcionários que circulavam e conviviam nesse contexto, os comportamentos indicativos de preferências (seletividade) e as vivências compartilhadas não se estabeleceram com parceiros intermitentes (isto é, com parceiros não contínuos). As relações que envolviam padrões diferenciais de interação ocorreram com pessoas cuja participação era permanente e contínua.

Considerando, então, o “compartilhar” (no sentido de “*ter/fazer algo junto com outrem*”) como um critério importante no estudo dos vínculos (Carvalho, 2005) e que as interações correguladas são espaços onde se cria compartilhamento e signos compartilhados (acrescenta-se aqui que objetos, atividades, espaços, movimentos, expressões, todos estes sendo passíveis de significação), conseqüentemente, a questão central deixa de ser “*estão sendo construídos vínculos nesses contextos?*” para ser “*que tipo de vínculos estão sendo construídos?*”, pois, como ensina Carvalho (2005), “*o vínculo pode ser carregado de afeto positivo ou negativo, pode envolver sofrimento, abuso e violência, mas continua sendo, mesmo em condições extremas, mecanismo de identidade e lugar no mundo*” (p. 189).

Como discutem Smolka et. al. (2016), nesse processo de engajamento mútuo e envolvimento emocional no qual os vínculos afetivos vão se formando, o parceiro interativo do bebê também vai se tornando signo. O processo de significação indica o que o outro da relação tem para o eu; que posição social ocupa, o que se espera dele. Na concretude das interações e relações bebê-cuidador, elementos da cultura, como valores, crenças e regras, vão sendo corporificados (Amorim & Rossetti-Ferreira, 2008). O gesto, a emoção, a ação e a postura carregam enunciados anteriores de palavras já faladas (ou gestos já expressos) pelos outros *com, para e sobre* a criança. Tais significações podem significar o bebê amado, o bebê abandonado, o bebê doente, o bebê chorão, o bebê bonzinho, o bebê invisível. Através do gesto, da emoção e da postura, a criança se revela carregada *de* e carregando diferentes pontos de vista ligados a várias gerações, tempos históricos e grupos socioideológicos (Amorim & Rossetti-Ferreira, 2008; Smolka et. al., 2016).

Portanto, em consonância com as análises destes autores (Amorim & Rossetti-Ferreira, 2008; Carvalho, 2005; Smolka et.al., 2016), o que está em discussão é que uma interação em que a cuidadora está sintonizada e responsiva aos sinais do bebê pode propiciar, além de um contexto de

mediação, uma relação que possibilita a coconstrução de novos papéis e posições, uma forma de sociabilidade que não posiciona a criança à margem dos campos interativos, mas no centro do compartilhamento, das atividades conjuntas. O próprio convívio, o conjunto de vivências compartilhadas, o envolvimento afetivo e a continuidade nas relações vão possibilitar atribuições de significados e estabelecimento de vínculos.

Vínculos a serem promovidos

Uma última questão foi colocada frente ao *corpus* da pesquisa: essas histórias de apegos correspondiam ao conjunto das relações estabelecidas no cotidiano da instituição de acolhimento? Ou seja, a relação afetiva descrita no episódio entre Lucas e Elaine representa o padrão de construção de relações entre funcionários e bebês nesse contexto?

Tal como sinalizado por Elaine em sua entrevista e como sugerem outras pistas nos relatos da equipe, a resposta para a questão é uma negativa. Não eram com todos os bebês que as funcionárias se apegavam. Não eram com todos os bebês que se construía vínculos. Nem todos os bebês alcançavam o status de “especial” ou “preferido”. Nem todos os bebês ganhavam um tempo a mais no colo após o expediente da funcionária.

No geral, o que se observou não foi o não estabelecimento de vínculos afetivos, mas um modo de organização do ambiente físico e social que se constituía em entraves para a ocorrência de relações dessa natureza. O ambiente físico era marcado por bebês mantidos em berços, carrinhos e cadeirinhas, impossibilitados de engatinhar ou se direcionar aos adultos e a outras crianças. O ambiente social de cuidados coletivos era marcado por interações pouco responsivas, com poucas correções e estreitos espaços de compartilhamento de experiências. As orientações institucionais (“*não pegue*” e “*não se apegue*”) consubstanciavam-se em práticas e se materializavam na organização do campo interativo.

Todos estes resultados reforçam a importância da implementação de programas de intervenção voltados para a promoção de práticas de cuidado positivas, que estimulem o engajamento dos cuidadores em interações envolvendo reciprocidade, responsividade, habilidades comunicativas e competências socioemocionais (Chernego et. al., 2018). Sucessivas revisões de literatura e estudos avaliativos discutem o potencial desses programas no fortalecimento dos recursos adaptativos das crianças e fatores de proteção, beneficiando interações estimulantes, promotoras de

bem-estar e segurança emocional (Ribeiro-Accioly et. al., 2019). As intervenções podem assumir formatos variados, adaptadas aos diversos contextos de cuidado, sejam por meio de sessões em grupos; treinamentos instrucionais (*role playing*); mensagens por aplicativos que estimulam a adoção de determinadas práticas; apresentação de vídeos (*videofeedback*); grupos reflexivos com narrativas de histórias e compartilhamento de experiências, dentre outras (Alvarenga et. al., 2019; Raby et. al., 2019).

Nessa linha, têm relevância internacional o Programa de Intervenção intitulado *The Attachment and Biobehavioral Catch-up Intervention*, desenvolvido por Mary Dozier e colaboradores (Dozier et. al., 2016; Raby et. al., 2019). Focados na qualidade dos cuidados que devem ser ofertados para as crianças em acolhimento, buscam fortalecer cuidados afetuosos e estimulantes ao crescimento e desenvolvimento das crianças, possibilitando o desenvolvimento da regulação emocional, comportamental e psicológica, e a construção de um sentido de “eu”. Visam fortalecer respostas eficazes dos cuidadores diante dos comportamentos desafiadores das crianças, ajudá-los a reinterpretar os sinais da criança, oferecer cuidados mesmo quando a criança falha em incitá-los, acolher as expressões de emoções negativas e fortalecer cuidados que propiciam o desenvolvimento da autonomia da criança e a capacidade de autorregulação (Dozier et. al., 2016).

Em paralelo às intervenções focadas nos recursos adaptativos pessoais ou na qualidade das interações face a face, também é importante ressaltar que o campo do acolhimento infantil no Brasil carece de políticas e investimentos necessários para a garantia dos direitos das crianças acolhidas. Nesse sentido, são requeridas intervenções cujo alcance toca à reestruturação destes serviços, suas funções, possibilidades de atuação interdisciplinar junto à rede socioassistencial, dentre outros circunscritores. Como ressalta a perspectiva da Rede de Significações (Rossetti-Ferreira et. al., 2004), não se pode perder de vista o caráter histórico, social e cultural que constitui as práticas de cuidado nesses contextos. Marcadas por modelos institucionais enraizados nos antigos orfanatos e em modelos fortemente referenciados nas enfermarias pediátricas, onde a permanência da criança também é tida como transitória, passageira, as prioridades têm historicamente se estabelecido em torno dos cuidados físicos e nutricionais. Portanto, além do desenvolvimento dos bebês e seus cuidadores, também é preciso promover as transformações da matriz sócio-histórica, das vozes e concepções que ecoam e se materializam na rotina institucional (Amorim & Rossetti-Ferreira, 2008).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo apresentou dados empíricos sobre a experiência de bebês em acolhimento institucional, permitindo apreender como crenças, orientações e práticas da equipe profissional circunscrevem suas interações e

relações com os acolhidos, (in)viabilizando a construção de vínculos afetivos. Partindo de uma perspectiva histórico-cultural (Rossetti-Ferreira et. al., 2004), discutiu-se o papel dos cuidadores na socialização e regulação da emoção, o

vínculo como espaço interpessoal de compartilhamento e de construção de significados e a centralidade das interações e sociabilidade no trabalho com bebês.

Em decorrência da pergunta geral norteadora da pesquisa, uma outra questão emergiu das falas das cuidadoras registradas durante as videografações: “*quem não pega, não se apega*”? A partir dos resultados apresentados e com base na discussão dialogada com a literatura científica, concluiu-se: quem não pega o bebê no colo, evitando intencionalmente este padrão responsivo frente ao choro e outras expressões emocionais da criança, pouco promove espaços de compartilhamento que são fundamentais para a construção de vínculos e significados, para a experiência intercorpórea que envolve o contato afetivo pelo olhar, pelo toque sensível e pela proximidade. Quem não pega, pouco oferece um suporte integrador e continente às necessidades do bebê e restringe as possibilidades de brincadeiras, de trocas comunicativas. Deixar de pegar o bebê no colo, enquanto prática/orientação político-pedagógica, implica abrir mão de uma importante dimensão do suporte físico e emocional intrínsecos e característicos do cuidado de bebês, diretamente relacionados com a estabilidade e desenvolvimento socioemocional.

Ao abordar este tema, o presente estudo busca contribuir na direção do que discute Cavalcante e Cruz (2018): ainda são escassos, na literatura científica brasileira, estudos que analisam e avaliam como o ambiente físico e social das instituições de acolhimento influencia comportamentos, interações e dimensões do desenvolvimento de suas crianças. Nesse sentido, conclui-se sobre a grande relevância das relações afetivas e vínculos como indicadores interacionais no acolhimento de bebês, especialmente no primeiro ano de vida, sendo fundamental o investimento em novas investigações, ampliando o acompanhamento de outros contextos de acolhimento.

Contudo, alguns limites se impuseram, especialmente porque se trata de um estudo observacional em contexto naturalístico único, o que impede generalizações e comparações, embora os resultados estejam em consonância com outros trabalhos da literatura científica, e discursos e práticas individuais sejam atravessados pelo cultural e social. Portanto, novos estudos, preferencialmente com amostras maiores, devem ser conduzidos de modo a ampliar investigações sobre indicadores interativos e relacionais de bebês em serviços de acolhimento.

REFERÊNCIAS

- Acioli, R. M. L., Barreira, A. K., Lima, M. L. C. de, Lima, M. L. L. T. de, & Assis, S. G. de (2018). Avaliação dos serviços de acolhimento institucional de crianças e adolescentes no Recife. *Ciê. Saúde Colet.*, 23(2), 529-542. <http://doi.org/10.1590/1413-81232018232.01172016>
- Alvarenga, P., Cerezo, M. A., Wiese, E., & Piccinini, C. A. (2019). Effects of a short video feedback intervention on enhancing maternal sensitivity and infant development in low-income families. *Attachment & Human Development*. <http://doi.org/10.1080/14616734.2019.1602660>
- Amorim, K.S., & Rossetti-Ferreira, M.C. (2008). Corporeidade, significação e o primeiro ano de vida. *Revista da Associação Brasileira de Psicologia*, 60(1), 67-81.
- Aspesi, C. de C., Dessen, M. A., & Chagas, J. F. (2005) A ciência do desenvolvimento humano: uma perspectiva interdisciplinar. In M.A. Dessen, & A.L.C. Junior (Orgs.) *A ciência do desenvolvimento humano: tendências atuais e perspectivas futuras*. Artmed.
- Bernard, K., & Dozier, M. (2011). This Is My Baby: Foster parents' feelings of commitment and displays of delight. *IMHJ*, 32, 251–262. <http://doi.org/10.1002/imhj.20293>
- Bowlby, J. (1969/1990). O vínculo da criança com a mãe: comportamento de apego. In J. Bowlby, *Apego e perda* (Vol. 1). Martins Fontes.
- Carvalho, A.M.A. (2005). Em busca da natureza do vínculo: uma reflexão psicoetológica sobre grupos familiares e redes sociais. In J. C. Petrini & V. R. Cavalcanti (Orgs.) *Família, Sociedade e Subjetividades: uma perspectiva multidisciplinar*(183-194). Vozes.
- Cavalcante, L. I. C., & Cruz, D. A. (2018) Acolhimento institucional de crianças: qualidade do ambiente de desenvolvimento. In L. I. C. Cavalcante. et al. (orgs) *Acolhimento Institucional de Crianças e Adolescentes: teorias e evidências científicas para boas práticas*. Juruá.
- Chernego, D. I., McCall, R. B., Wanless, S. B., Groark, C. J., Vasilyva, M. J., Palmov, O. I., Nikiforova, N. V., & Muhamedrahimov, R. J. (2018) The effect of a Social-Emotional Intervention on the Development of Preterm Infants in Institutions. *Infants & Young Children*, 31(1), 37-52. <http://doi.org/10.1097/IYC.000000000000108>
- Cleary, S. E., Barnett, E. R., Huckins, J. F., Butcher, R. L., & Jankowski, M. K. (2018). A comparison of foster and adoptive parent satisfaction and commitment. *Children and Youth Services Review*, 88, 205-210. <https://doi.org/10.1016/j.childyouth.2018.03.010>
- Dozier, M., Roben, C. K. P., Caron, E. B., Houe, J., & Bernard, K. (2016). Attachment and Biobehavioral Catch-up: an evidence-based intervention for vulnerable infants and their families. *Psychotherapy Research*. <http://doi.org/10.1080/10503307.2016.1229873>
- Kirk, A. R., Groark, C. J., & McCall, R. B. (2017). Institutional Care Environments for Infants and Young Children in Latin America and the Caribbean. In A. Rus, S. Parris, E. Stativa (Ed.) *Child Maltreatment in Residential Care* (p. 401-418). Springer, Cham. http://doi.org/10.1007/978-3-319-57990-0_19
- Leclere C., Viaux S., Avril M., Achard C., Chetouani M., & Missonnier S. (2014) Why synchrony matters during mother-child interactions: a systematic review. *PLoS ONE*, 9(12), e113571. <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0113571>
- Lemos, S. C. A., Gechele, H. H. L., & Andrade, J. V. (2017). Os Vínculos Afetivos no Contexto de Acolhimento Institucional: Um Estudo de Campo. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 33, p. 1-10. <http://doi.org/10.1590/0102.3772e3334>
- Lemos, I. C. & Silva, R. B. F. (2019). Cuidado de crianças em acolhimento institucional: relações afetivas e dimensão temporal. *Psic. Unisc.*, 3(1), 173-191. <http://dx.doi.org/10.17058/psiunisc.v1i3.11892>
- Lei nº 12.010, de 03 de agosto de 2009. (2009, 03 agosto). Dispõe sobre a adoção; altera Lei nº 8.069/1990 - Estatuto da Criança

- e do Adolescente e dá outras providências. Presidência da República. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l12010.htm
- Lindhiem, O., & Dozier, M. (2007). Caregiver commitment to foster children: The role of child behavior. *Child Abuse and Neglect*, 31, 361–374. <https://doi.org/10.1016/j.chiabu.2006.12.003>
- Medeiros, B. C. D., & Martins, J. B. (2018) O Estabelecimento de Vínculos entre Cuidadores e Crianças no Contexto das Instituições de Acolhimento: um Estudo Teórico. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 38(1), 74-87. <http://doi.org/10.1590/1982-3703002882017>
- Mendes, D. M. L. F., & Kappler, S. R. (2018) Afetividade e socialização da emoção no contexto de acolhimento institucional: os educadores sociais como agentes no desenvolvimento emocional infantil. In L. I. C. Cavalcante. et al. (Orgs.) *Acolhimento Institucional de Crianças e Adolescentes: teorias e evidências científicas para boas práticas*. Juruá.
- Montagna, F. (2011). Cuidar e Educar de Bebês. In F. Nogueira (Org.) *Entre o singular e o coletivo: o acolhimento de bebês em abrigos*. Instituto Fazendo História.
- Moura, G. G. (2012) “*Quem não pega, não se apega*”: o acolhimento institucional de bebês e as (im)possibilidades de construção de vínculos afetivos. [Dissertação de mestrado, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo]. Repositório Institucional da USP. <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/59/59137/tde-10102013-152307/pt-br.php>
- Moura, G. G., & Amorim, K. S. (2018) Interações de bebês em acolhimento familiar e institucional: dois estudos exploratórios. *Psicologia em Estudo*, 23(e40287), 1-18. <https://doi.org/10.4025/psicoestud.v23i0.40287>
- Neder, K., Ferreira, L. D. P. M., & Amorim, K. S. (2020). Coconstrução do apego no primeiro semestre de vida: o papel do outro nessa constituição. *Psicologia-Universidade de SP-USP*, 31, p. 1-12. <http://dx.doi.org/10.1590/0103-6564e190143>
- Nogueira, F. (Org.). (2011). *Entre o singular e o coletivo: o acolhimento de bebês em abrigos*. Instituto Fazendo História.
- Raby, K. L., Freedman, E., Yarger, H. A., Lind, T., & Dozier, M. (2019) Enhancing the Language Development of Toddlers in Foster Care by Promoting Foster Parents’ Sensitivity: Results from a Randomized Controlled Trial. *Developmental Science*, 22, e12753. <http://doi.org/10.1111/desc.12753>
- Resolução nº 466, de 14 de junho de 2012. Dispõe sobre diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. Brasília, DF: Conselho Nacional de Saúde.
- Ribeiro-Accioly, A.C.L., Seidl-de-Moura, M.L., Mendes, D.M.L.F., & Mesman, J. (2019) Maternal sensitivity in interactions with their 2-month-old infants in Rio de Janeiro-Brazil. *Attachment & Human Development*. <https://doi.org/10.1080/14616734.2019.1702706>
- Rossetti-Ferreira, M.C., Amorim, K. S., Silva, A.P.S., & Carvalho, A. M. A. (2004). *Redes de significação e o estudo do desenvolvimento humano*. Artmed.
- Seidl-de-Moura, M. L. S. & Ribas, A. F. P. (2007). A Pesquisa Observacional e o Estudo da Interação Mãe-Bebê. In C. A. Piccinini & M. L. S. Moura (orgs), *Observando a Interação Pais-Bebê-Criança: abordagens teóricas e metodológicas*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Seidl-de-Moura, M. L., Ribas, A. F. P., Seabra, K. C., Pessoa, L. F., Ribas Jr, R. C., & Nogueira, S. E. (2004). Interações iniciais mãe-bebê. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 17(3), 295-302.
- Smolka, A. L. B., Amorim, K. S., & Leite, S. A. S. (2016). Questões de desenvolvimento humano na perspectiva histórico-cultural: bebê, criança e adulto em foco. In A. L. B. Smolka, & S. A. S. Leite (Orgs.). *Psicologia do desenvolvimento: teorias e práticas em diferentes contextos*. Mercado das Letras.
- Van der Veer, R., & Ljzendoorn, M. H. (1988) Early Childhood Attachment and later problema solving: a vygotskian perspective. In J. Valsiner *Child development within culturally structured environments* (Vol. 1). Ablex Publishing.